

## Mapa de significados, elementos socioespaciais e políticos do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro

Map of meanings, socio-spatial, and political elements of Community-based Tourism in the state of Rio de Janeiro

Mapa de significados, elementos socioespaciales y políticos del Turismo de Base Comunitaria en el estado de Rio de Janeiro

**Teresa Cristina de Miranda Mendonça** 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[teresam@ufrj.br](mailto:teresam@ufrj.br)

**Edilaine Albertino de Moraes** 

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora, MG, Brasil

[edilaineturmoraes@hotmail.com](mailto:edilaineturmoraes@hotmail.com)

**Renato de Oliveira dos Santos** 

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, SP, Brasil

[renato.oliveirasantos@usp.br](mailto:renato.oliveirasantos@usp.br)

**Alline de Souza Nunes** 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[allinenunes505@gmail.com](mailto:allinenunes505@gmail.com)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.24n1.2024.dossieTBC.2156>

### RESUMO:

O estado do Rio de Janeiro destaca-se, historicamente, como destino turístico nacional e internacional, caracterizado por um modelo de fluxos de massa. Em meio a propostas turísticas, que se movem entre os eixos convencional e contra-hegemônico, desde 2008, nessa região, tem emergido também o turismo de base comunitária (TBC) como uma prática socioeconômica alternativa impulsionada pelo Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de TBC do Ministério do Turismo. Esse processo culminou na aprovação da Política Estadual de TBC (Lei nº 7884/2018), pioneira no Brasil. Diante dessa peculiaridade, este artigo busca mapear e analisar a configuração do TBC no estado do Rio de Janeiro. A abordagem concentra-se nas perspectivas socioespaciais, nos significados atribuídos e nas ações das políticas públicas, utilizando métodos qualitativos como pesquisa bibliográfica e documental, formulário misto e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram que esse processo vem delineando um novo mapa turístico, proporcionando visibilidade a diversos grupos que, até então, estavam [ou ainda permanecem] à margem de iniciativas concretas impulsionadas por políticas públicas do setor.

### PALAVRAS-

**CHAVE:** Turismo de Base Comunitária; Cartografia Turística; Política Pública de Turismo.

**ABSTRACT:**

The state of Rio de Janeiro historically stands out as a national and international tourist destination, characterized by a model of mass flows. In the midst of tourism proposals, that move between the conventional and counter-hegemonic axes, since 2008, in this region, community-based tourism (CBT) has also emerged as an alternative socioeconomic practice driven by the Public Call for Proposals for the Selection of TBC Projects of the Ministry of Tourism. This process culminated in the approval of the TBC State Policy (Law 7884/2018), a pioneer in Brazil. Given this peculiarity, this article seeks to map and analyze the configuration of CBT in the state of Rio de Janeiro. The approach focuses on socio-spatial perspectives, the meanings attributed and the actions of public policies, using qualitative methods such as bibliographic and documentary research, mixed form and semi-structured interviews. The results revealed that this process has been outlining a new tourist map, providing visibility to several groups that, until then, were [or still remain] on the margins of concrete initiatives driven by public policies in the sector.

**KEYWORDS:**

Community-based tourism; Tourist Cartography; Public Policy of Tourism.

**RESUMEN:**

El estado de Rio de Janeiro se destaca, históricamente, como destino turístico nacional e internacional, caracterizado por un modelo de flujos de masa. En medio de propuestas turísticas, que se mueven entre los ejes convencional y contra hegemónico, desde 2008, en esa región, ha emergido también el turismo de base comunitaria (TBC) como una práctica socioeconómica alternativa impulsada por la Convocatoria Pública de Selección de Proyectos de TBC del Ministerio de Turismo. Ese proceso culminó en la aprobación de la Política Estadual de TBC (Ley nº 7884/2018), pionera en Brasil. Frente a esta peculiaridad, este artículo busca mapear y analizar la configuración del TBC en el estado de Rio de Janeiro. El abordaje se concentra en las perspectivas socioespaciales, en los significados atribuidos y en las acciones de las políticas públicas, utilizando métodos cualitativos como investigación bibliográfica y documental, formulario mixto y entrevistas semiestructuradas. Los resultados revelaron que ese proceso viene delineando un nuevo mapa turístico, proporcionando visibilidad a diversos grupos que, hasta entonces, estaban [o aún permanecen] al margen de iniciativas concretas impulsadas por políticas públicas del sector.

**PALABRAS**

**CLAVE:** Turismo de base comunitaria; Cartografía turística; Política Pública de Turismo.

## 1. Introdução

O estado do Rio de Janeiro se configura como um importante destino no cenário do turismo nacional e internacional, representando um dos principais portões de entrada de turistas no país. Além dos elementos históricos, políticos e econômicos, a sua diversidade de características topográficas, climáticas e culturais faz com que o turismo represente uma atividade de grande importância econômica e social para as regiões fluminenses (Ribeiro, 2003). A importância do turismo para o estado foi motivada, principalmente, pela capital, cidade do Rio de Janeiro, que, no início do século XX, já era considerada como o lugar brasileiro de maior visibilidade no exterior (Edra & Dantas, 2020).

Na década de 1970, o principal vetor de desenvolvimento do turismo no Rio de Janeiro foi a implantação do trecho da BR-101, que liga a cidade do Rio de Janeiro a Santos (São Paulo), além da construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), o que influenciou diretamente a expansão do fluxo turístico em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol) (Fratucci, 2000; Ribeiro, 2003). Dessa forma, desde a sua origem, o perfil do turismo, no estado, foi marcado pelo fluxo de massa ligado ao segmento de sol e praia.

A cidade do Rio de Janeiro, em especial, é também representada pelo turismo baseado na tríade praia-futebol-carnaval (Fratucci et al., 2016). Além da sua inserção estratégica no cenário turístico internacional ao sediar megaeventos, como: a “Conferência Internacional Rio+20 (2012), Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em 2013, a Copa das Confederações FIFA, em 2013, a Copa do Mundo FIFA, de 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, de 2016” (Fratucci et al., 2016, p. 82), a capital carioca promove inúmeros eventos artísticos e culturais. O estado fluminense, dessa forma, apresenta a escolha estratégica por um turismo de fluxos de massa, o que tem implicado a transformação e o condicionamento de um novo processo de desenvolvimento territorial e de reordenamento socioespacial e cultural.

Por outro lado, desde a década de 2000, uma nova e emergente prática ligada ao turismo tem sido construída no estado, denominada turismo de base comunitária (TBC). Esta começou a intensificar-se com o Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária (MTur/Nº 001/2008), do Ministério do Turismo, que buscou dar evidência ao tema e avaliar a viabilidade das iniciativas em diferentes regiões do Brasil (Brasil, 2008).

Nesse edital, foram selecionadas 50 iniciativas e o estado do Rio de Janeiro foi contemplado com o maior número de projetos aprovados e financiados no país. Foram oito projetos desenvolvidos na região metropolitana e Costa Verde (litoral sul), a saber: 1) “Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária da Vila do Aventureiro” (Mendonça & Moraes, 2011); 2) Projeto Vila Solidária; 3) Promoção do Turismo de Base Comunitária em Paraty/RJ: Capacitação em Gestão Sustentável e Qualificação Profissional em Meios de Hospedagem; 4) Reviver Paquetá; 5) Redes de Turismo Solidário; 6) Turismo no Morrinho; 7) Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro; 8) Caiçaras, Indígenas e Quilombolas: construindo juntos o Turismo Cultural na Região Costa Verde (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009).

Dessa forma, as experiências de TBC no estado do Rio de Janeiro surgem em regiões litorâneas e pesqueiras, associadas a áreas naturais protegidas, territórios de povos e comunidades tradicionais e, também, no meio urbano, com a implementação de projetos em algumas favelas cariocas, como Morro do Cantagalo, Morro Tavares Bastos, Rocinha, Santa Marta, Maré, em contraponto às práticas conhecidas como “favela tours” (Mendonça, Moraes & Catarcione, 2016).

Nesse contexto, os debates sobre essa temática foram impulsionados por meio da realização do I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha (Rio de Janeiro, 14 e 15 de abril de 2015), promovido pelo Rio+Social em parceria com o SEBRAE/RJ, e o Fórum de Turismo da Rocinha. Na

Costa Verde, aconteceu o “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde” (Tarituba, Paraty, 23 a 25 de julho de 2015), organizado pelas Prefeituras Municipais de Paraty, Angra dos Reis e a sociedade civil. Esses eventos tiveram como objetivo promover o debate entre o poder público e a sociedade civil sobre a crítica ao atual modelo de desenvolvimento do turismo, avaliá-lo e pensar na articulação de uma nova proposta de compreender, planejar e produzir no turismo.

O “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde” foi protagonizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Angra - Paraty - Ubatuba - FCT, criado em 2007 e composto por grupos tradicionais da região (Mendonça, Moraes & Catarcione, 2016). Como um dos resultados, o FCT elaborou o seu próprio mapa de TBC e o lançou durante o II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário TURISOL (Brasília) em 2015. O mapa possui 15 destinos representados por indígenas guarani, caiçaras e quilombolas, revelando alternativas de experiências não divulgadas até então, pelos órgãos oficiais de turismo locais e estaduais. Esse movimento de articulação se ampliou e resultou na criação, em 2018, da Rede Nhandereko de Turismo de base comunitária (Mendonça, Santos & Leite, 2020).

Além disso, outro indicador de iniciativas de TBC no estado fluminense se refere aos três projetos contemplados no âmbito do “Edital Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais” (MMA/ICMBIO, 2018), os quais são: Quilombo da Tapera na Área de Proteção Ambiental Petrópolis; Rede Nós da Guanabara de Turismo de Base Comunitária da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim; e Rede Nhandereko na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu Paraty (Brasil, 2019).

Em decorrência desses movimentos e ações rastreadas, a sociedade civil interessada apresentou suas demandas ao poder legislativo e alcançou a aprovação da Política Estadual de Turismo Comunitário (Lei nº 7884/2018) (Rio de Janeiro, 2018), pioneira no Brasil. A partir disso, tem sido crescente o interesse público em incluir o TBC na agenda do Poder Legislativo, em outras regiões do país, como na Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Pará e Amapá, além de iniciativas em âmbito municipal e diversos projetos de lei.

Destarte, considera-se que, o TBC se produz entre as propostas de turismo que se articulam entre dois eixos - o convencional, caracterizado pelo fluxo de cima para baixo, padronização de serviços e produtos, associado a fluxos de massa e relacionado às “atividades produtivas modernas, com foco no mercado e concentração de lucros, reproduzindo organizações territoriais em espaços do capital propícios ao lazer” (Brandão & Coriolano, 2016, p. 102); e o contra-hegemônico, um eixo alternativo que prioriza a base comunitária e “o desenvolvimento da comunidade de forma sustentável, com a venda de produtos locais, tendo como princípio a conservação do meio ambiente e das tradições culturais” (Brandão & Coriolano, 2016, p. 102).

Nesse sentido, torna-se necessário compreender: qual é o papel do turismo de base comunitária no cenário político, social e econômico do turismo no estado do Rio de Janeiro? Afinal, o que o movimento do TBC no estado do Rio de Janeiro é capaz de revelar sobre o modo de configuração desse processo? Sob essas inquietações, este artigo tem como objetivo mapear e analisar o que se constitui como turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro, considerando as perspectivas socioespaciais, os significados e as ações de políticas públicas setoriais.

## **2. De que turismo de base comunitária estamos falando: premissas conceituais orientadoras**

Considerando que o turismo no estado do Rio de Janeiro, assim como em demais estados brasileiros apresenta contradições e diversos conflitos socioambientais, o turismo de base

comunitária ou turismo comunitário (TBC) <sup>1</sup>constitui-se como uma proposta de “[...] arranjos produtivos que valorizam a identidade cultural, a conservação ambiental dos lugares visitados, com indícios de mudança que sinalizam para uma nova sociedade” (Coriolano, 2012, p. 119). Em contraponto ao chamado turismo convencional, dos megaempreendimentos transnacionais, o TBC se constitui ainda como movimento de resistência a um modelo socioeconômico desigual do turismo global (Coriolano & Sampaio, 2012; Moraes & Irving, 2020).

Sendo assim, entende-se o TBC como uma possível estratégia de um movimento contra-hegemônico por buscar auxiliar na redução das vulnerabilidades presenciadas em diversos lugares turistificados. Este movimento é orientado pelas demandas socioambientais, econômicas e culturais que, essencialmente, incluem a participação de grupos sociais minoritários, muitas vezes excluídos do processo, como salienta Alves (2020).

Um ponto forte aliado das iniciativas de TBC é o crescimento da consciência crítica por parte dos turistas sobre os impactos gerados em suas viagens. Segundo Bursztyń & Bartholo (2012), o perfil do consumidor do TBC é aquele que possui forte desejo por “autenticidade”, por trocas culturais diretas, por modo de vida simples e rural; por ajudar comunidades de baixa renda. Esses turistas são, geralmente, da faixa etária entre 30 e 50 anos de idade com alto poder aquisitivo e nível de escolaridade; mas também existem aqueles mochileiros e jovens viajantes com orçamento reduzido. Interessados em visitar lugares protegidos e patrimônios, buscam participar das manifestações culturais locais e aprender a língua e costumes locais, o que os levam a se hospedarem nas próprias comunidades.

De forma mais ampla, segundo Cabanilla (2018), TBC é um conceito em construção em toda a América Latina, pois se constitui de um processo pleno de aprendizagens, construído por diversos atores sociais locais envolvidos com agentes públicos, organismos não governamentais e acadêmicos. Mendonça, Santos e Leite (2022), ainda, consideram a diversidade de significados sobre este termo que emerge localmente, de vozes que ecoam de territórios que vivem o TBC.

A partir deste processo em construção, diversas iniciativas e projetos estão inseridos em um movimento que alimenta permanentemente a criação e a definição de novos subsídios de pesquisa realizados em nível local, regional, nacional e internacional, dos quais tem sido possível rastrear premissas conceituais orientadoras do que se pode compreender como TBC.

A partir de revisão da literatura sobre a temática do TBC e de casos pesquisados no Ceará, Fabrino (2013) afirma que o TBC se potencializou como uma proposta de desenvolvimento do turismo mediado pelos recursos endógenos, sejam eles humanos, naturais ou de infraestrutura, em que a comunidade local participa intrinsecamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo. Nesse sentido, analisam a relação entre discussão teórico-conceitual e as práticas do TBC, concluindo seis elementos-chave que caracterizam o TBC, os quais são: Dominialidade, Organização Comunitária, Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios, Integração Econômica, Interculturalidade e Qualidade Ambiental (Fabrino, 2013; Fabrino & Costa, 2016).

Reagregando as orientações de Fabrino (2013) e Fabrino e Costa (2016), conforme resultado da pesquisa de Mendonça et al. (2016), defende-se, também, o elemento-chave “Valorização histórico-cultural e Modo de Vida”, que se refere à existência de práticas e mecanismos de valorização do patrimônio histórico-cultural material e imaterial como elementos importantes e que permeiam a experiência do turismo local.

Assim, para orientar o olhar sobre as relações entre teoria e prática, diversas perspectivas de TBC são aqui elencadas, sinteticamente: os benefícios socioeconômicos impactam de forma mais

---

<sup>1</sup> Neste artigo, turismo de base comunitária ou turismo comunitário são considerados sinônimos e será representado pela sigla TBC.

direta a comunidade local; a sustentabilidade socioespacial e a econômica seriam as práticas orientadoras; a existência de uma relação dialógica entre turista e comunidade; a presença de forte componente de participação e protagonismo social dos agentes internos (da comunidade); a gestão comunitária dos empreendimentos locais e outras formas de organização comunitária são importantes; o foco é no alcance do desenvolvimento local; a noção de pertencimento e identidade fortalecem as atividades produtivas e o modo de vida; as atividades estão baseadas e permeadas pelos valores culturais e respeito às tradições; o turismo é considerado como complemento a outras atividades econômico-produtivas e não como substituição (Mendonça et al., 2014); presença de práticas e mecanismos que enaltecem o patrimônio histórico-cultural, tanto material quanto imaterial, destacando-se como elementos significativos que permeiam a vivência do turismo local (Santos, 2017); e a organização e articulação do trabalho em rede (Moraes, 2019).

Ainda assim, é possível reafirmar que, na prática, as comunidades locais não só possuem características e dinâmicas diferentes, como também produzem as suas próprias formas de saber-fazer do TBC, o que evidencia ser uma contradição abordar essa pauta visando a modelização de propostas dessa natureza (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023).

Neste sentido, esta breve apresentação e discussão do referencial teórico pertinente ao tema abordado irão fundamentar a análise do TBC e sua relação com o contexto específico do estado do Rio de Janeiro.

### 3. Caminhos metodológicos da pesquisa

Este estudo foi conduzido no âmbito das pesquisas de iniciação científica: "O estado da arte do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro: abordagem histórica, político-organizacional e socioespacial" (agosto de 2020 a julho de 2021), realizado com um aluno bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e voluntários; e "Turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro: mapeando ações, resistências, perspectivas e novas práticas sustentáveis em um cenário de pandemia COVID-19" (setembro de 2021 a agosto de 2022), com alunos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRRJ/CNPQ) e voluntários, realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-Rede: Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRRJ/CNPq). Ambas as pesquisas foram vinculadas ao Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A metodologia adotada compreendeu a combinação de pesquisa exploratória e descritiva, utilizando abordagem qualitativa para a análise dos dados. Assim, foram selecionados os seguintes procedimentos e as respectivas etapas investigativas:

(a) Pesquisa Documental e Bibliográfica: Revisão extensiva de documentos e literatura existente sobre TBC, proporcionando uma compreensão aprofundada da temática. Além da busca em plataformas de pesquisa acadêmica, foram consultados documentos e referenciais bibliográficos disponibilizados na Biblioteca Virtual do grupo de pesquisa "TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes" (UFJF/UFRRJ/CNPq) (com acervo de publicações entre 2002 e 2019), análise dos dados e as interpretações das narrativas obtidas durante o processo de pesquisa;

(b) Formulário "Mapeamento de Iniciativas de TBC": elaboração e aplicação de um formulário on-line via Google Forms, enviado por e-mail e whatsapp às iniciativas que se autoidentificam como TBC. O formulário foi composto por perguntas abertas e fechadas, sendo elaboradas e avaliadas em conjunto com professores, alunos e pesquisadores do referido grupo de pesquisa. A primeira versão do formulário foi enviada para teste com alguns atores envolvidos com TBC em algumas regiões do Rio de Janeiro e do Brasil. Nessa etapa, foram utilizadas as redes sociais, as informações

nos sítios da web, os eventos virtuais e as ferramentas de comunicação da Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (TURISOL) para agregar o levantamento e distribuição do formulário. O envio do formulário alcançou 72 iniciativas mapeadas no estado do Rio de Janeiro, além de outras que surgiram e foram indicadas ao longo do processo. Ainda assim, é importante destacar que, a dificuldade de contatos durante a pandemia foi complexa;

(c) Entrevistas semi-estruturadas virtuais e escritas: realização de 11 entrevistas por meio de chamadas de vídeo em plataformas como Google Meet com representantes de iniciativas de TBC e de instituições públicas pertinentes (Quadro 1). Apenas a Deputada Estadual Zeidan, responsável pela proposição da Lei nº 7884/2018, que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, respondeu por escrito às questões enviadas por e-mail. Essas entrevistas foram realizadas entre 2020 e 2021 a fim de aprofundar a compreensão e obter insights qualitativos.

### Quadro 1

Representantes de iniciativas de TBC e de instituições públicas e do poder legislativo do estado entrevistados

Iniciativas entrevistadas	Perfil do representante	Data da entrevista
1. Rocinha Original Tour - Rio de Janeiro	Masculino. 55 anos. Ensino fundamental incompleto.	16/julho/2020
2. Área de Proteção Ambiental (APA) Guapirim – Magé	Feminino. 42 anos. Graduação em Ciências Biológicas e Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas.	18/março/2021
3. Quilombo do Feital / Rede Nós da Guanabara – Magé	Feminino. 44 anos. Técnica em Enfermagem. Presidente da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Feital.	24/março/2021
4. Cooperativa Manguezal Fluminense / Rede Nós da Guanabara – Magé	Masculino. 50 anos. 2º Grau Completo. Presidente da associação, pescador artesanal, monitor ambiental.	24/março/2021
5. Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu – Paraty	Masculino. 42 anos. Mestre em Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental.	05/abril/2021
6. Quilombo do Campinho da Independência – Paraty	Feminino. 33 anos. Ensino fundamental incompleto.	05/abril/2021
7. Secretaria de Turismo do estado do Rio de Janeiro – SETUR/RJ	Feminino. 31 anos. Bióloga e Pós-Graduada em Gestão Pública.	14/maio/2021
8. Deputada Estadual Rosângela Zeidan – resposta por e-mail	Feminino. 54 anos. Psicóloga e Jornalista.	22/maio/2021
9. Fundação de Pesca do Rio de Janeiro – Fiperj	Masculino. 35 anos. Biólogo marinho e Mestre em Modelagem de Populações.	18/junho/2021
10. Instituto Estadual do Ambiente – INEA 1	Feminino. 40 anos. Turismóloga e Mestre em Ciência Ambiental.	28/julho/2021
11. Instituto Estadual do Ambiente – INEA 2	Feminino. 30 anos. Turismóloga.	28/julho/2021

Fonte: Elaboração própria

(d) **Análise interpretativa:** Para propiciar uma abordagem sistêmica no tratamento dos dados, foi escolhida a análise interpretativa, consolidando dados bibliográficos, documentais, do formulário e das entrevistas. Neste caso, para análise dos dados, utilizaram-se três principais fases: das observações; da classificação e das conclusões.

Na análise dos formulários, além da autoclassificação dos respondentes como uma experiência e/ou empreendimento de TBC, foram empregados diversos métodos. Na primeira etapa de análise dos respondentes, foram excluídos aqueles que não estavam mais em funcionamento ao final de dois anos de pesquisa, bem como instituições de gestão de unidades de conservação (UC). Na segunda, a pesquisa se inseriu na leitura e observações das ferramentas de comunicação nas redes sociais e sítios da internet ligados às iniciativas respondentes. Na terceira etapa de análise dos respondentes, para avaliar as iniciativas e seu alinhamento com as perspectivas do TBC, utilizaram-se como referência as respostas do formulário, além de fundamentos teóricos e conceituais sobre TBC.

Para balizar a análise do conteúdo das entrevistas e do material coletado pelo formulário consideraram-se as diversas perspectivas conceituais sobre TBC apresentadas na seção 2, em que a tentativa do confronto entre teoria e as respostas obtidas em campo buscou indícios de que as iniciativas rastreadas estavam alinhadas com as concepções de TBC.

(e) **Elaboração do Mapa de TBC:** no decorrer do levantamento e análise dos dados de campo, foi discutido com o pesquisador colaborador cartógrafo Sérgio Fiori, da UFRRJ, qual seria a melhor forma de dispor as informações e a localização das diversas iniciativas mapeadas. O mapa foi produzido, em 2021 e 2022, a partir das bases cartográficas oficiais, localizando cada iniciativa pesquisada e categorizando-as a partir dos elementos mais característicos: natural, agrícola e cultural. Algumas iniciativas se enquadram nas três características. Para melhor explicitar o conteúdo do mapa, foi necessário fazer uma segunda imagem com a legenda, dispondo o nome da iniciativa, uma imagem registrada da localidade ou da logo do projeto e os dados de contato para os interessados. Dessa forma, a feitura do mapa foi uma estratégia de pesquisa fundamental para sistematizar os dados obtidos, e mais que isso, um mecanismo de difusão das iniciativas de TBC do Rio, que poderá subsidiar ações de políticas públicas e de gestão de projetos da sociedade civil.

## **4. Mapeando o TBC no estado do Rio de Janeiro**

### **4.1 O que revelam as produções bibliográficas sobre TBC no estado do Rio de Janeiro?**

Mapeando o que já se produziu, cientificamente, sobre TBC no estado do Rio de Janeiro, foram identificados alguns territórios, sobre os quais olhares de análise se debruçaram: favelas e territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e caiçaras, assim como experiências ligadas a algumas unidades de conservação (UC).

Villela, Catão e Prado (2009), Mendonça e Moraes (2011, 2012), Pinheiro (2014), Ferreira (2014), Monteiro (2015), Mendonça, Moraes e Catarcione (2016), Mendonça et al. (2017, 2021), Barros (2017), Monteiro et al. (2017), Barros (2019) abordam casos na região da Costa Verde, destacando territórios quilombolas, indígenas e caiçaras, como os Quilombos Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) e Campinho da Independência (Paraty); as Aldeias Guarani Sapukai (Angra dos Reis) e Araponga (Paraty), além das comunidades caiçaras de Aventureiros (Angra dos Reis), São Gonçalo, Trindade, Pouso da Cajaíba e Praia do Sono, ambas em Paraty. Mendonça, Santos e Leite (2020) refletem sobre a Rede Nhandereko de TBC. Todas as publicações evidenciam os povos e as comunidades tradicionais como protagonistas da história do TBC no estado, inserindo-se em um contexto de conflitos socioespaciais, valorização da história e identidade, buscando visibilidade territorial para integrar o mapa do turismo fluminense.

Sobre a região turística do Vale do Café, Arruda e Gonçalves (2020), ao entrarem em contato com ritos, cerimônias, produtos típicos, modos de vida e crenças do Quilombo de São José da Serra (Valença), buscaram identificar o potencial do TBC para esse território. Com foco em Magé, na Região Turística Baixada Verde, Shumacker e Rodrigues (2020) e Fukuda et al (2019) abordam o tema relatando as experiências e a relação do TBC com a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guapimirim e a possibilidade de uso sustentável da biodiversidade. É importante destacar que, nessa região, estão inseridos quilombolas e pescadores artesanais.

Carvalho (2013), Silva & Carvalho (2014), Mano, Mayer e Fratucci (2017), Rodrigues, Corbari e Sampaio (2014), Godinho e Lança (2018), Kalaoum e Santiago (2020) são alguns exemplos que trazem territórios de favela, como Dona Marta, Vidigal e Chapéu Mangueira, todos localizados na Zona Sul carioca. Santin (2021) analisa o potencial de uma favela localizada em Teresópolis, na Região Serrana, Santa Cecília.

Rezende (2014) concebe a inserção do movimento do TBC nas favelas da cidade do Rio como uma contraposição aos chamados “favelatours”.

*As diferenças entre o turismo comunitário e o favela tour é a participação da comunidade na produção e distribuição do “produto”. Enquanto no primeiro a comunidade é quem decide mostrar - se, no segundo ela é mostrada por atores sociais exógenos. O turismo comunitário ou de base comunitária, em termos conceituais, guardaria relações de desenvolvimento local, sustentabilidade, solidariedade e pertencimento e, sendo assim, teria maior probabilidade de beneficiar a comunidade ao contrário do favela - tour, atividade realizada por agências de turismo receptivo de fora cujo envolvimento com a comunidade é muito pequeno (Rezende, 2014, p. 363).*

Moraes (2016) apresenta reflexões sobre o I Congresso de Turismo de Base Comunitária da Rocinha (2015). Nas produções citadas, ao analisar, pode-se inferir que:

*[...] assim como a favela turística define ou redefine novas identidades nas favelas, novas sintaxes, gramáticas e vocabulários serão acionados na reelaboração dessas identidades. Os moradores, em especial aqueles organizados em coletivos, estão afiados em relação aos vocabulários acionados e como estes são capazes de traduzir processos e demandas identificados pelos moradores. Como vimos, no caso da apropriação do vocabulário sobre gentrificação, que respalda a concepção de novos e antigos moradores, assim como o turismo de base comunitária respalda a elaboração da figura do guia de fora e do guia local, da grande operadora do turismo de massa, e da operadora local do turismo de experiência (Moraes, 2006, p. 90).*

Por outra perspectiva, Conti, Rocha e Nery (2018) buscam as correlações entre economia solidária e TBC no estado do Rio de Janeiro. Assim, trazendo uma das perspectivas discriminativas do TBC como tema, a economia solidária, os autores focam na identificação dos empreendimentos econômicos solidários que se definem como prestadores de serviços turísticos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), além de um banco de dados com as experiências de TBC. Nas observações feitas, inferem que as iniciativas atuam com o TBC, orientadas para uma crítica ao modelo econômico hegemônico.

Em resumo, os casos citados nas publicações indicam uma grande concentração espacial das experiências de TBC na região metropolitana do Rio de Janeiro e na Costa Verde (litoral sul). Esse embasamento contribui para relacionar com o mapeamento feito diretamente com as lideranças e representantes das iniciativas práticas de TBC, apresentado a seguir.

## 4.2 Cartografando o TBC: elementos socioespaciais

É importante indicar que este mapeamento, enquanto objeto de pesquisa, tem como uma das motivações, a demanda que surgiu durante a realização do II Encontro Nacional da Rede Turisol (Brasília), em 2015. Naquele momento, o coletivo reunido constatou que não havia informações disponíveis sobre a dimensão das iniciativas de TBC no Brasil. Assim, indicaram que este seria um papel a ser cumprido pela academia, mapear as experiências de TBC em território nacional (Projeto Bagagem, 2015).

A partir de então, a atual gestão do Projeto Bagagem iniciou um mapeamento que resultou no documento “Mapeamento das Iniciativas de Turismo de Base Comunitária” (Projeto Bagagem, 2022). Assim, foram desenvolvidos os dois projetos de iniciação científica na UFRRJ, já referidos, que buscaram atender à demanda coletiva, porém tendo o estado do Rio de Janeiro como área de análise.

A partir do formulário enviado para as 72 iniciativas identificadas, considerando os contatos por e-mail e Whatsapp, além da divulgação nas redes sociais (Facebook, Instagram, redes e grupos de *Whatsapp* ligados ao TBC), obtiveram-se 28 respostas. A quantidade de respondentes pode estar diretamente relacionada ao contexto da pandemia de COVID-19 e à interrupção de algumas iniciativas, tendo em vista que, o levantamento contém iniciativas identificadas desde 2008.

No que se refere à localização das iniciativas respondentes em municípios/cidades, revelou-se o seguinte cenário: 6 iniciativas encontram-se no município do Rio de Janeiro, 5 iniciativas são de Paraty, 2 iniciativas localizam-se em Magé e em Silva Jardim. Respostas distintas foram: Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Bom Jardim, Tanguá, Pinheiral, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Teresópolis. Sendo assim, foi possível demarcar a relevância do município do Rio de Janeiro nesse processo que, como o centro urbano, apresenta o maior número de iniciativas em funcionamento.

Já na perspectiva do tema TBC e Unidades de Conservação (UC), este tem sido objeto de ações de políticas públicas, a exemplo do Edital ICMBio 2018, sendo também pensado por diversos órgãos de gestão ambiental, sejam eles federais, estaduais ou municipais. A relação entre turismo e UC se dá, assim, pela preocupação com a forma de uso dessa atividade nas áreas naturais, muitas delas protegidas por lei. Muitas das iniciativas, por sua localização, dentro ou próximas da UCs, têm estas áreas protegidas, de diversas categorias, como suas aliadas pelo fator de atratividade. A diversidade de UCs é representada por Parques, Áreas de Proteção Ambiental, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva Biológica, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Ecológica.

Tendo em vista os limites do mapeamento motivados pela pesquisa, essencialmente, à distância motivada pelo período epidêmico, os referenciais bibliográficos e documentais, o resultado da pesquisa do *Google Forms*, entrevistas e triagem das respostas e das leituras das redes sociais e sítios na internet e a autotaxação dos respondentes como uma experiência e/ou empreendimento de TBC foram fatores determinantes para o resultado do mapeamento (Quadro 2). Ademais, foram excluídos aqueles que responderam, mas não estavam mais em funcionamento ao final de dois anos de pesquisa, bem como iniciativas geridas pela gestão do poder público ou de unidades de conservação (UC), agência de turismo e/ou meio de hospedagem, além das que, mesmo se auto classificando como iniciativa de TBC, não apresentaram características conforme perspectivas de Fabrino (2013), Mendonça et al. (2014); Santos, 2017 e Moraes, (2019), escolhidas para esta pesquisa, resultando em 18 iniciativas dispostas no Quadro 2.

**Quadro 2**  
Iniciativas de TBC do estado do Rio de Janeiro

<b>Iniciativa</b>	<b>Município</b>
1. Ecomuseu Rural	Bom Jardim
2. Cooperativa Manguezal Fluminense (Rede Nós da Guanabara)	Magé
3. Quilombo do Feital	Magé
4. Altos da Serramar, Circuitos de Agroturismo	Nova Friburgo
5. Turismo de Base Comunitária - Ilha do Araújo/Paraty	Paraty
6. Coletivo de Turismo de Base Comunitária	Paraty
7. Turismo Comunitário do Jongo de Pinheiral	Pinheiral
8. Mulheres de Pedra	Rio de Janeiro
9. Brazilidade - Cultura e Identidade da Favela	Rio de Janeiro
10. Museu de Favela	Rio de Janeiro
11. Coletivo de Guias do Santa Marta	Rio de Janeiro
12. Projeto Morrinho	Rio de Janeiro
13. Circuito EcoRural de Silva Jardim	Silva Jardim
14. Fazenda dos Cordeiros	Silva Jardim
15. Praia do Aventureiro	Ilha Grande – Angra dos Reis
16. Quilombo Baía Formosa	Búzios
17. Quilombo do Grotão	Niterói
18. Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária	Paraty/RJ, Angra dos Reis/RJ e Ubatuba (SP)

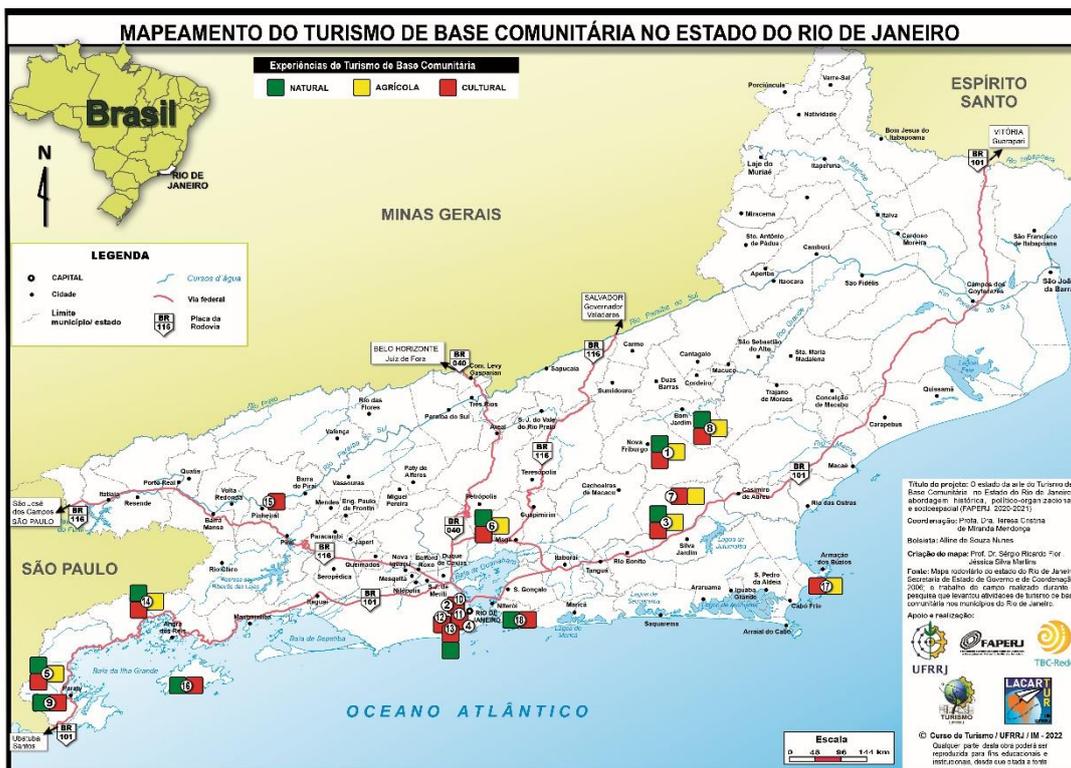
Fonte: Elaboração própria

Cabe ressaltar que, à época da pesquisa, a Rede Nhandereko de Turismo Comunitário era formada por 10 destinos (no Rio de Janeiro), envolvendo caiçaras, indígenas guarani e quilombolas e a Altos da Serramar - Circuitos de Agroturismo por 39 iniciativas/experiências de empreendimentos socioprodutivos de economia solidária e agricultura familiar. Isso eleva o número final de iniciativas/experiências, além dos aqui indicados.

Ademais, identificou-se uma categoria de “circuito de turismo de base comunitária” em que, conforme respostas da pesquisa, não foi possível, até o momento, identificar os atores/empreendimentos envolvidos no circuito. Essa categoria é exemplificada pelo Circuito EcoRural de Silva Jardim, que se apresenta como um coletivo de experiências.

De acordo com as ligações territoriais e socioculturais, foram mapeadas iniciativas de agricultores familiares, relacionadas às favelas, quilombolas, indígenas, caiçaras, de pescadores artesanais e de projetos culturais urbanos e rurais. O território rural e os grupos que a compõem são destaques, principalmente, com atividades produtivas tradicionais, agrícolas, de pequena escala. Realça-se a diversidade cultural representada, também, por indígenas, caiçaras, quilombolas e moradores de favela dos centros urbanos, ilustrado no mapa (Figura 2) e legenda do mapa (Figura 3).

**Figura 2**  
Mapa Turismo de Base Comunitária do Estado do Rio de Janeiro



**Figura 3**



O levantamento de iniciativas de TBC no estado do Rio de Janeiro reafirmou o que Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) já haviam indicado acerca da origem dessa prática que teve início em regiões rurais, nas quais vivem populações agrícolas, pesqueiras e extrativistas, muitas delas marcadas pela prática de atividades econômicas tradicionais e em pequena escala. Com o tempo, foram se expandindo para as cidades, centros urbanos, por meio da organização de projetos comunitários de TBC, exemplificados em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro e de Salvador.

No entanto, este movimento de surgimento de iniciativas de TBC pelo estado fluminense vem representado com olhares diversos sobre os seus significados, o que são, certamente, subsídios motivadores para os novos saberes e fazeres do turismo no estado.

### 4.3 Perspectivas e significados locais do TBC

É importante destacar que o resultado da pesquisa tem como análise as informações obtidas de todos os respondentes da pesquisa e entrevistados. Diante de uma diversidade de perspectivas conceituais presentes nas pesquisas bibliográficas buscaram-se identificar o que se constitui como turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro, do ponto de vista dos significados locais (dos respondentes e entrevistados), dentre os quais destacam-se:

*“O TBC é desenvolvido nas comunidades e valoriza seus modos de fazer de uma maneira em geral (cultura, história, identidade, origem). É um turismo sustentável que integra o visitante à realidade do local que ele está visitando, tendo como ponte os atores locais desses espaços” (Brazilidade).*

*“É a autogestão comunitária do turismo em seu território, resposta ao modelo hegemônico de turismo de massa, sendo uma importante ferramenta de luta ao ser um viabilizador da permanência dos comunitários com a geração de renda, cumprindo o papel da valorização da história local com o protagonismo comunitário” (Coletivo de Turismo de Base Comunitária).*

*“Para nós, turismo de base comunitária, está associado com gestão coletiva, envolvimento da comunidade, repensar o turismo e sua relação com os modos de vida presente naquela comunidade, fazer ecoar a importância da relação com as florestas, águas e do campo” (Ecomuseu Rural).*

*“Uma forma de manutenção da cultura e resistência. Turismo sustentável e solidário, troca de experiência e vivências. Fonte de renda extra” (Ilha do Araújo/Paraty).*

*“Um meio de agregar as atividades econômicas dos moradores do entorno das áreas protegidas, na inserção das práticas educativas, econômicas e de pesquisas, favorecendo e contribuindo para resguardo da proteção ambiental destas áreas” (Cooperativa Manguezal Fluminense / Rede Nós da Guanabara).*

A análise das narrativas evidencia uma convergência de perspectivas em relação ao TBC nesse contexto. Assim, é possível destacar eixos orientadores do TBC, visto como: 1) uma prática sustentável que auxilia na proteção da sociobiodiversidade; 2) um elemento que leva a valorização e o respeito à cultura local, considerando as práticas, os saberes e os modos de vidas elementos importante para a preservação da memória e experiência do turismo; 3) uma ferramenta de luta para permanência e garantia dos territórios; 4) capaz de gerar renda e trabalho local; 5) portador de protagonismo local na gestão do turismo e dos empreendimentos, prestação dos serviços, em ações pensadas e protagonizadas pelos atores locais; 6) prática que traz benefícios coletivos, qualidade de vida e desenvolvimento local; 7) atividade que representa um turismo “original”, que

revela a vida como ela “sem maquiagem”; 8) prática que representa um turismo de proximidade, de experiência que leva a uma relação diferenciada entre visitantes e comunidade receptora; 9) atividade que apresenta princípios da autogestão, do comércio justo, da economia solidária e da solidariedade. A valorização dos modos de vida, cultura, história e identidade das comunidades é uma constante, refletindo uma abordagem centrada nas experiências autênticas e na integração dos visitantes à realidade local.

A autogestão comunitária do turismo surge como um elemento essencial, representando uma resposta significativa ao modelo predominante de turismo de massa. A visão de que o TBC é uma ferramenta de luta, viabilizando a permanência das comunidades, destaca-se, reforçando seu papel na geração de renda e no fortalecimento do protagonismo comunitário. Esta abordagem vai além do aspecto econômico, enraizando-se na valorização da história local. Desta forma, a resistência cultural e a manutenção das tradições são aspectos ressaltados por algumas falas, destacando o TBC como um meio de preservar a identidade das comunidades.

O repensar do turismo e sua relação com os modos de vida específicos de cada comunidade emergem como temas recorrentes. O TBC é entendido como uma oportunidade para ecoar a importância da conexão com as florestas, águas e áreas rurais, integrando-se às práticas educativas e de pesquisa. A gestão coletiva, o envolvimento da comunidade e a valorização do ambiente são elementos fundamentais dessas ações.

Por fim, a integração das atividades econômicas com a proteção ambiental, evidenciada pela Cooperativa Manguezal Fluminense, destaca uma abordagem holística do TBC. Essa integração contribui não apenas para o desenvolvimento econômico, mas, também, para a preservação dos ecossistemas locais.

Assim, a análise das falas reflete uma visão abrangente do TBC no estado do Rio de Janeiro, destacando sua importância multifacetada nas esferas econômica, social, cultural e ambiental. Dessa forma, ter o TBC como uma alternativa socioeconômica tem sido uma escolha de diversos grupos e lugares. Elencando-se os benefícios trazidos pela prática, destacam-se: geração de renda; valorização da cultura e história e preservação do território; troca de experiências; promoção da educação; reconhecimento do papel da mulher; articulações e parcerias na preservação e conservação dos recursos naturais, na valorização da produção econômica local/tradicional.

Entre mapeamento socioespacial e dos significados, ao buscar analisar a configuração do TBC no estado do Rio de Janeiro, motiva-se a pensar o papel das ações das políticas públicas de turismo, especificamente as que se concentram no tema TBC.

#### **4.4 Perspectivas e significados locais do TBC**

Diante do contexto apresentado, tem-se a necessidade de se pensar em política pública de turismo e como o TBC está inserido na visão e missão do poder público e em seu olhar estratégico. Assim, iniciativas, como a criação de uma lei estadual, podem significar orientações para ações do poder executivo que orientam, coordenam e apoiam as iniciativas de TBC.

Destaca-se que se aborda, aqui, um eixo da política pública classificada como regulatória, que segundo Theodor Lowi (1964; 1972, como citado em Souza, 2006, p. 28) são “mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse.” E, “por sua vez, definem regras e métodos que regulem o comportamento dos atores para acolher interesses gerais da sociedade, podendo-se citar neste caso a reforma tributária” (Teixeira, 2002 como citado em Raiter & Dallabona, 2015, p. 22).

Dessa forma, a Lei nº 7884, que institui a Política Estadual de Turismo Comunitário do estado do Rio de Janeiro (2018), “[...] é fortemente inspirada no abandono do executivo pelo setor do TBC no

nosso estado, mas mesmo aprovada por unanimidade na Alerj foi vetada pelo governador Pezão” (Zeidan, maio/2021). Assim, diante de experiências com a aldeia indígena e com a comunidade de pescadores locais de Maricá, o trabalho próximo com a associação dos quilombos, a ACQUILERJ, a necessidade de inclusão das favelas no mapa oficial do turismo da cidade do Rio de Janeiro, “construiu-se o projeto de lei, ouvindo moradores que atuavam no turismo de quilombos, comunidades de pescadores, unidades de conservação e favelas que tinham visita” (Zeidan, maio/2021).

Trata-se de uma lei que foi construída “a partir da realidade, da escuta de diversos setores que atuavam na época no TBC, já enfrentavam enorme dificuldade. Contamos também com assessoria técnica especializada” (Zeidan, maio/2021). Para isso, foram feitas reuniões na ALERJ com representantes de favelas, com a Associação de Quilombo do Rio de Janeiro e lideranças indígenas (Zeidan, maio/2021).

Os desafios enfrentados, segundo a deputada Zeidan, foram invisíveis. Isso por quê:

*[...] houve uma mobilização do trade turístico que disputava com moradores, como eles mesmos reclamavam bastante, para que a lei não fosse aprovada e fosse vetada. Também tivemos a presença do sindicato dos guias do Rio de Janeiro que era contra o fato de os moradores, classificados no nosso projeto de lei como “monitores” serem os condutores do turista, apesar de já existir legislação federal sobre isso que garantia que não seriam guias, mas condutores (Zeidan, maio/2021).*

Essa disputa do sindicato dos guias estava diretamente relacionada ao turismo nas favelas cariocas, prática que provocava aversão dos moradores que “reclamavam de exploração e de invasão, no caso das favelas de guias que vinham de fora, através de agências e dos jeeps. [...] No final, “[...] a lei foi aprovada com emendas de outros parlamentares que não eram especialistas na área, mas faz parte do jogo do parlamento, não tem jeito. É muito difícil uma lei passar sem ter emendas de outros parlamentares”. (Zeidan, maio/2021).

O papel do turismo nas favelas cariocas como um dos motivadores para a criação da lei é confirmado pelo representante da Rocinha Original Tours (julho/2020) que participou de algumas reuniões para discussão da proposta: “Passamos em umas três ou quase reuniões com a Zeidan, fomos lá no dia que foi homologada, na assembleia...” Acreditando na força do diferencial do termo turismo de base comunitária em sua agência na Rocinha, ele assim se manifesta:

*[...] É... perceber que tem três turismos hoje, eu considero que tem três turismos hoje: predatório, exploratório e de base comunitária. Esse arcaico, esse de fora, já tem muito investimento no marketing, já tem muito o que fazer. E a gente precisa se organizar e mostrar pro visitante, não só pro visitante, né? Mostrar pro próprio Rio de Janeiro que o turismo de base comunitária, onde você compara o turismo que eles fazem e o nosso, eu tenho certeza que a gente vai avançar, mas isso precisa ser organizado (Representante da Rocinha Original Tours, julho/2020).*

Então, a pergunta é: como tirar uma lei do papel? Esta foi a motivação da pergunta sobre o conhecimento da lei estadual de TBC do Rio de Janeiro. Quando as iniciativas mapeadas foram indagadas se sabiam da existência da Lei nº 7884, que institui a política estadual de TBC chega-se à seguinte resposta: 12 iniciativas disseram que conhecem a lei e 6 iniciativas a desconhecem. Apesar de a maioria responder a existência da lei, vale proceder a uma reflexão relevante - há uma diferença entre saber que existe uma lei e conhecer o seu conteúdo.

Destacam-se algumas falas de entrevistados sobre a lei. A Representante do Quilombo do Campinho, que teve contato com a lei, considera a criação de uma lei como um processo e diálogo entre o Estado e a sociedade: “O ato dessa da lei, então, eu acho que também é o diálogo, né,

Edilaine e, também, a construção dos estados e municípios e com os agentes que atuam nessas frentes, né.” O Representante da APA Cairuçu, também com conhecimento da lei, destaca a importância da sua materialização e do processo de diálogo com a sociedade para sua compreensão:

*O problema é que, assim, do que a gente vê, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, do ente federal do estado, a legislação não se materializa necessariamente em programas e políticas públicas, não é incorporado no conjunto dos órgãos. A sociedade civil tem dificuldade também de entender como é que a previsão legal se materializa concretamente nas suas vidas [...] A informação que eu tenho é que não houve arranjos institucionais que dessem conta de implementar o que está previsto em lei, pelo menos por enquanto[...] (Representante da APA Cairuçu, abril/2021).*

A não materialização da lei, igualmente, é destaque na fala do Representante da APA Guapimirim (março, 2021): “[...] Eu não vi, depois do lançamento da política estadual, eu não soube, não vi ações concretas de implementação dessa política”.

No artigo 3 da lei nº 7884/2018, está explicitado um dos papéis do Estado: “Art. 3º - A fiscalização da atividade turística nas comunidades, bem como a aplicação das devidas sanções, são deveres da Companhia de Turismo do estado do Rio de Janeiro (TURISRIO) (Rio de Janeiro, 2018). Por outro lado, esse artigo, assim como a lei, é de conhecimento dos interlocutores entrevistados do Instituto Estadual do Ambiente - INEA:

*Olha, a lei, ela já tem algumas necessidades ali apontadas da fiscalização pelo setor, pelo órgão responsável do estado do turismo da TURISRIO. Tem a formação do comitê que acompanha. Então, eu desconheço isso que tenha sido feito, né, e, se foi feito não foi feito com a participação da secretaria do meio ambiente do INEA. Então, eu acho que ali mesmo na lei tem questões que precisam ser colocadas em prática (Representante INEA, julho/2021).*

Trazendo como tema o papel da Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR/RJ), a lei não é conhecida, dentro da SETUR/RJ, conforme relata a representante da empresa entrevistada (maio/2021):

*[...] pesquisei lá dentro do SETUR. Ninguém que está lá participou, muitos também desconheciam a lei. Alguns me falaram: “Com certeza a tal pessoa participou”. Eu fui na tal pessoa ela não (participou) e ainda pergunta: “Mas de quando é essa lei? desde quando?” Eu falei: gente, a lei, inclusive, tem coisas que a gente tem que fazer, a gente tem responsabilidade nesta lei. O fórum, a gente tem que fiscalizar isso aqui. E nada disso foi instituído até hoje, até agora que eu tomei conhecimento né, até eu tenho que conversar isso com eles, da gente começar a montar essas coisas que a lei pede e ninguém tinha conhecimento.*

*Então, o que me chamou mais atenção foi terem envolvido tanta gente (risos) E a gente não ter formado o que estava determinando a lei. Infelizmente foi isso que me pegou, porque diz né, fala sobre a fiscalização, que a gente tinha que estar indo e a gente não tem isso montado, a gente não tem essa atividade lá. [...]*

Mesmo que os respondentes, em sua maioria, saibam da existência da lei, estes a descrevem como pouco divulgada entre os órgãos públicos de turismo da região e iniciativas TBC. Identificasse, dessa forma, uma lei que “não saiu do papel”, conseqüentemente, resulta em seu nulo impacto sobre a regularização e a fiscalização da atividade de TBC no estado do Rio de Janeiro.

Tendo isso como um ponto de tensão, a Deputada Zeidan (maio/2021), quando é indagada - “O que você considera necessário para a implementação da lei, para que ela não seja considerada “de papel””? – assim se manifesta:

*É necessário vontade política. A nossa lei pode ser usada para garantir direitos, não precisa de regulamentação como já explicamos, em relação à projetos de política pública ela ajuda a nortear as ações de governo e coloca os moradores como protagonistas do turismo, combate a exploração desses espaços por agências de fora como se fosse um turismo de exploração, como os moradores reclamam. É preciso que os governos queiram adotar o TBC. Mas para isso é preciso que haja governantes comprometidos não apenas com políticas macro de turismo onde só se pensa em grandes eventos, grandes empreendimentos [...]*

Dando continuidade: “Cabe ao governo cumprir, não é necessário regulamentar nada. Não é uma lei que precise de regulamentação para começar a ser usada, porque ela já está valendo, basta ter vontade política. E os seus beneficiados precisam cobrar dos governantes” (Zeidan, maio/2021).

Porém, a pergunta que segue em aberto é: como tirar do papel a Lei nº 7884/2018? Isso perpassa pela construção de uma política pública de turismo do estado do Rio de Janeiro que revele como pensam o turismo, o que desejam e onde querem chegar, pois conforme cita Sousa (206, p. 36) “A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras”. Pela prática histórica do investimento no segmento sol, praia e megaeventos, entre outros, o TBC ainda não foi reconhecido pelo poder público estadual do setor. Enquanto isso, a sua prática luta pela possibilidade de entrar, efetivamente, na agenda oficial da política pública de turismo do Rio de Janeiro.

Certamente como resultado deste movimento no estado, mas, também, no Brasil, o poder executivo estadual cita o TBC na Lei nº. 9811 de 24/08/2022 (Rio de Janeiro, 2022) que institui a Política Estadual de Turismo do Rio de Janeiro. No artigo 3o da lei apresenta o que considera TBC:

*XIV - Turismo de base comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura das populações dos territórios populares, bem como sua utilização sustentável para fins recreativos e educativos.*

E, em seu artigo 14º, que aborda a consecução dos objetivos da Política Estadual de Turismo e observa as medidas a serem tomadas pelos diversos órgãos envolvidos no sistema turístico, indica como tarefa “X - fomentar políticas públicas destinadas ao turismo de base comunitária, consoante a Lei Estadual nº 7.884, de 02 de março de 2018.” (Rio de Janeiro, 2022).

A partir de então, busca-se com a inserção formal do TBC em algumas ações políticas públicas, aqui exemplificadas pela Lei nº 7884/2018, que institui a política de TBC, e sua citação na Lei no. 9811/2022, que institui a política estadual de turismo, garantir mais direitos e espaços de intervenção. Lima, Irving e Oliveira (2022, p. 12) afirmam que a compreensão do TBC, concebida nas narrativas de políticas públicas de turismo no Brasil, historicamente, tem sido tangenciada de forma periférica e, nitidamente, influenciadas pelos interesses de mercado, o que os autores consideram uma “[...] falsa promessa de inclusão social”, inseridas nos diversos discursos e documentos. Isto se constitui um desafio de facear os interesses essencialmente mercadológicos, dominante na governança pública territorial. “Tais interesses são convergentes com a lógica de um turismo massificado”, que contrapõem as premissas de TBC (Almeida & Emmendoerfer, 2023, p. 9).

## 5. Considerações Finais

Diante do um modelo de turismo no Rio de Janeiro: “[...] aquilo que é feito na propaganda: é o carnaval, é o Rock in Rio, é a praia de Copacabana, Ipanema (Representante da SETUR/RJ, maio/2021), e que se constitui de “[...] um perfil totalmente de massa. Um perfil totalmente voltado para os grandes eventos, voltado para a questão de contemplação de beleza naturais [...]” (Representante da FIPERJ, junho/2021), constata-se que o TBC pode ser considerado como um divisor de águas para o turismo no estado do Rio de Janeiro, por repensar uma nova base de um novo tipo de desenvolvimento capaz de levar a relações produtivas inovadoras, mais solidárias, capaz de regular padrões de consumo. Assim, em um TBC traduzido em serra, mar, campo, favelas e territórios de povos e comunidades tradicionais, podemos considerar que este vem se posicionando no Rio de Janeiro, assim como no Brasil, “entre utopias e discussões de caminhos possíveis” (Moraes & Irving, 2020, p. 61), como alternativas futuras para diversos grupos sociais.

Isto é revelado pelas diversas perspectivas sobre o TBC no estado do Rio de Janeiro identificando uma diversidade de nuances sobre os seus diversos significados, sendo, assim, uma prática extremamente diversificada e complexa. As iniciativas de TBC oferecem experiências que mesclam o contato mais próximo com modos de vida e culturais (em área urbana ou rural), como as comunidades tradicionais e com a natureza (em unidades de conservação). Ou seja, podem ser consideradas potenciais para investimentos e outras ações de apoio ao desenvolvimento do estado.

As respostas apontam que, para a maioria das iniciativas, o TBC: configura-se como uma prática contra hegemônica que envolve a comunidade como protagonista do turismo; se constitui no turismo como estratégia de sobrevivência de diversos grupos excluído do modelo convencional e oportuniza a participação de empreendimentos de menor porte na cadeia produtiva do turismo que tem olhar sobre o lugar, tendo seus valores socioculturais como elementos importantes. Estas perspectivas reafirmam a conjuntura do TBC atualmente. Infere-se, também, que o TBC é uma prática que pode ser pensada de diversas formas e perspectivas, conforme experiências e narrativas locais diferenciadas.

No que diz respeito ao mapeamento de políticas públicas, apenas após três anos da aprovação da lei de TBC do estado, a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (SETUR-RJ) está iniciando um trabalho para pensá-lo como alternativa. Isso acontece motivado pelo que tem sido classificado de turismo de proximidade, um termo que passou a ganhar força durante a pandemia que incentiva as viagens de curta distância, principalmente durante e após crise influenciada pela pandemia COVID-19. No entanto, dentro dos discursos, tanto em nível estadual e federal, surge o turismo rural como segmento de ações prioritárias e estratégicas.

Ademais, foi constatado o nulo impacto da referida lei sobre o turismo do estado, ou seja, trata-se de uma lei que não saiu do papel. Além disso, é fato a invisibilidade do tema dentro da SETUR-RJ / TURISRIO, que possuem justamente o papel de acompanhar e fiscalizar essas normas. Porém, mesmo diante de uma invisibilidade socioespacial e política, as iniciativas de TBC no Rio de Janeiro vêm se multiplicando de um movimento endógeno, sem apoio e incentivo de uma política pública de turismo do estado, revelando um novo mapa turístico.

Destarte, ao tentar desvelar o papel do TBC no cenário do turismo no estado do Rio de Janeiro, pode-se inferir que, o TBC é capaz de reverter às lógicas de se pensar em modelos de desenvolvimento por serem fontes de uma diversidade de soluções que fazem com que atores sociais sejam capazes de conduzir seu próprio destino. Logo, as iniciativas de TBC revelam um novo mapa, que, apesar de turístico, dá visibilidade a diversos grupos que se encontram fora do atual mapa turístico e de ações mais concretas ligadas a políticas públicas direcionadas para a área.

Esse novo mapa de TBC é considerado uma estratégia de resistência para que populações, algumas classificadas como tradicionais ou presentes em territórios urbanos (as favelas) e rurais, sejam protagonistas de seus modos de trabalho, de vida e de defesa pelo território, tendo o turismo como instrumento. Perante uma crescente adesão dos atores locais às discussões políticas e aos projetos de desenvolvimento macroeconômicos e locais, as iniciativas de TBC têm sido construídas pelas vozes de diversos atores sociais que vêm ocupando espaços antes não permitidos e muitos, ainda, restritos, influenciando, portanto, políticas públicas, embora que de forma incipiente. Mesmo assim, um dos desafios a serem contornados por essas leis, regulamentos e ações ainda é traduzir, na prática, as aspirações e necessidades das comunidades envolvidas, o que abre caminho para necessidade de continuidade e construção de novas pesquisas nesse campo temático.

## Referências

- ALMEIDA, T. C., & EMMENDOERFER, M. L. (2023). O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL: . REVISTA TURISMO ESTUDOS E PRÁTICAS-RTEP/UERN, 12(1). [HTTPS://GEPLAT.COM/RTEP/INDEX.PHP/TOURISM/ARTICLE/VIEW/1043/979](https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/1043/979)
- ALVES, K. DOS S. (ORG.) (2020). A GESTÃO SOCIAL DO TURISMO COMO CONTRA-HEGEMONIA: APONTAMENTOS SOBRE AS RACIONALIDADES EM AÇÃO. IN: ALVES, K. DOS S. (ORG.). DIÁLOGOS SOCIAIS EM TURISMO: ELEMENTOS HEGEMÔNICOS E CONTRA HEGEMÔNICOS (PP. 25-35). BELO HORIZONTE: DIALÉTICA.
- ARRUDA, D. DE O., & GONÇALVES, J. P.. (2020). LIMITES E POSSIBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA. INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE), 21(1), 107–123. [HTTPS://DOI.ORG/10.20435/INTER.V21I1.1968](https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1968)
- BARROS, A. L. R. DE. (2017). A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NAS COMUNIDADES CAIÇARAS DO POUSO DA CAJAÍBA E DA PRAIA DO SONO, RIO DE JANEIRO [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO]. [HTTPS://TEDE.UFRRJ.BR/JSPUI/HANDLE/JSPUI/4398](https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4398)
- BARROS, A. L. R. D., & RODRIGUES, C. G. D. O. (2019). DIFFERENTIATED EDUCATION AND COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE CAIÇARA TERRITORIES OF PARATY (RJ). AMBIENTE & SOCIEDADE, 22, E02951. [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/1809-4422ASOC0295R1VU19L1AO](https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0295R1VU19L1AO)
- BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., & BURSZTYN, I. (2009). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. LETRA E IMAGEM.
- BURSZTYN, I. & BARTHOLO, R. (2012). O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS. SUSTENTABILIDADE EM DEBATE - BRASÍLIA, 3 (1), 97-116. [HTTPS://PERIODICOS.UNB.BR/INDEX.PHP/SUST/ARTICLE/VIEW/15500](https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15500)
- BRANDÃO, A. L. R., & CORIOLANO, L. N. M. T. (2016). EIXOS DO TURISMO: CONVENCIONAL E CONTRAHEGEMÔNICO EM JERICOACOARA – CE. REVISTA FORMAÇÃO (ONLINE), 3(23), 101-126. [HTTPS://DOI.ORG/10.33081/FORMACAO.V3I23.3835](https://doi.org/10.33081/formacao.v3i23.3835)
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. (2008). EDITAL MTUR N. 001/2008: SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS PARA APOIO ÀS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO TURISMO.
- BRASIL. ICMBIO. (2018). EDITAL: CHAMADA DE PROPOSTAS PARA FORTALECIMENTO DE INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

- CABANILLA, E. (2018). TURISMO COMUNITARIO EN AMÉRICA LATINA, UN CONCEPTO EN CONSTRUCCIÓN. SIEMBRA, 5(1), 121-131.
- CARVALHO, F. C. (2013). O TURISMO COMUNITÁRIO NA FAVELA SANTA MARTA: PERSPECTIVAS SOBRE O PROGRAMA RIO TOP TOUR NO CONTEXTO EUFÓRICO DO RIO DE JANEIRO PACIFICADO. [APRESENTAÇÃO DE TRABALHO]. SEMINÁRIO DA ENANPUR. [HTTPS://ANAI.S.ANPUR.ORG.BR/INDEX.PHP/ANAISENANPUR/ARTICLE/VIEW/235](https://ANAI.S.ANPUR.ORG.BR/INDEX.PHP/ANAISENANPUR/ARTICLE/VIEW/235)
- CORIOLOANO, L. N. (2006). O TURISMO NOS DISCURSOS NAS POLÍTICAS E NO COMBATE À POBREZA. SÃO PAULO: ANABLUMM.
- CONTI, B., ROCHA, L., & NERY VITEZE, N. (2018). AS CONEXÕES ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, 12(2), 1 - 21. [HTTPS://DOI.ORG/10.17648/RAOIT.V12N2.5049](https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5049)
- EDRA, F. P. M., & DANTAS, J. C. DE S. (2020). TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O HIATO ENTRE A MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 20(1), 1769. [HTTPS://DOI.ORG/10.18472/CVT.20N1.2020.1769](https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1769)
- FABRINO, N. H. (2013). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DOS CONCEITOS ÀS PRÁTICAS E DAS PRÁTICAS AOS CONCEITOS [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO]. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA. [HTTP://WWW.REALP.UNB.BR/JSPUI/HANDLE/10482/14215](http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/14215)
- FERREIRA, H. C. H. (2014). TURISMO COMUNITÁRIO, TRADICIONALIDADE E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA DEFESA DO TERRITÓRIO NATIVO: AVENTUREIRO-ILHA GRANDE/RJ. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 8(2), 361–379. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V8I2.689](https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i2.689)
- FRATUCCI, A. C. (2000). O ORDENAMENTO TERRITORIAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROCESSOS DE INSERÇÃO DOS LUGARES TURÍSTICOS NAS REDES DO TURISMO. NITERÓI: UFF: [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO]. [HTTPS://WWW.RESEARCHGATE.NET/PUBLICATION/274083633\\_O\\_ORDENAMENTO\\_TERRITORIAL\\_DA\\_ATIVIDADE\\_TURISTICA\\_NO\\_ESTADO\\_DO RIO\\_DE\\_JANEIRO\\_PROCESSOS\\_DE\\_INSERCAO\\_DOS\\_LUGARES\\_TURISTICOS\\_NAS\\_REDES\\_DO\\_TURISMO](https://www.researchgate.net/publication/274083633_O_ORDENAMENTO_TERRITORIAL_DA_ATIVIDADE_TURISTICA_NO_ESTADO_DO RIO_DE_JANEIRO_PROCESSOS_DE_INSERCAO_DOS_LUGARES_TURISTICOS_NAS_REDES_DO_TURISMO)
- FRATUCCI, A. C., SPOLON, A. P. G., & MACHADO, M. D. B. T. (2016). O TURISMO NO RIO DE JANEIRO: DA TRÍADE PRAIA-FUTEBOL-CARNAVAL À COMPLEXIDADE DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA CONTEMPORÂNEA. TURISMO NA AMÉRICA LATINA: CASOS DE SUCESSO. ASSIS: TRIUNFAL GRÁFICA E EDITORA, 81-112.
- FUKUDA, J. C.; BOTELHO, E. S.; BENDELAK, O. J. S; RODRIGUES, C. G. O. (2019). FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM, BAÍA DE GUANABARA, BRASIL. III CONGRESSO DE AREAS PROTEGIDAS DE LATINOAMERICA E EL CARIBE. INFORME TÉCNICO III CAPLAC. LIMA. PERU. [HTTPS://WWW.AREASPROTEGIDAS-LATINOAMERICA.ORG/DOCUMENTOS-FINALES/](https://www.areaspotegeidas-latinoamerica.org/documentos-finales/)
- GODINHO, L. DA S., & LANÇA, V. S. (2018). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA POSSIBILIDADE NO MORRO DO VIDIGAL. TURISMO & SOCIEDADE, 11(1), 44-68. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.5380/TES.V11I1.57288](http://dx.doi.org/10.5380/tes.v11i1.57288)
- KALAOUM, F., & ELIZABETH DE SOUZA SANTIAGO, P. (2020). TOURISM IN THE FAVELA OF VIDIGAL: COMMUNITY BASED OR MARKET BASED?. ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS, 10(1, 2 E 3). [HTTPS://DOI.ORG/10.34019/2238-2925.2020.V10.27307](https://doi.org/10.34019/2238-2925.2020.v10.27307)
- LIMA, M. A. G., IRVING, M. DE A., & OLIVEIRA, E. (2022). DECODIFICANDO NARRATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC). REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 16, 2094. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V16.2094](https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094)

- MANO, A. D., MAYER, V. F., & FRATUCCI, A. C. (2017). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA FAVELA SANTA MARTA (RJ): OPORTUNIDADES SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 11(3), 413–435. [HTTPS://DOI.ORG/10.7784/RBTUR.V11I3.1314](https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1314)
- MENDONÇA, T. C. DE M., & MORAES, E. A. DE. (2012). REFLEXÕES EMERGENTES SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, À LUZ DA EXPERIÊNCIA NO “PARAÍSO PROIBIDO”: VILA DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE – BRASIL. REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, 2(17/18), 1169-1183. [HTTPS://DOI.ORG/10.34624/RTD.V2I17/18.13149](https://doi.org/10.34624/RTD.V2I17/18.13149)
- MENDONÇA, T. C. DE M., ET AL. (2014). RELATÓRIO FINAL DO PROJETO: O ESTADO DA ARTE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL, POLÍTICO-ORGANIZACIONAL E INICIATIVAS EM CURSO (PERÍODO: AGOSTO/2013 – JULHO/2014). UFRRJ.
- MENDONÇA, T. C. DE M. ET AL. (2016). RELATÓRIO FINAL DO PROJETO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TERRITÓRIO TRADICIONAL E DE RESISTÊNCIA, O FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA (PERÍODO: AGOSTO/2013 – JULHO/2014). NOVA IGUAÇU: UFRRJ.
- MENDONÇA, T. C.; M & MORAES, E. A. (ORG.) (2011). O POVO DO AVENTUREIRO E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA VILA DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE, SEROPÉDICA: ED. DA UFRRJ.
- MENDONÇA, T. C. M., MORAES, E. A. DE, & CATARCIONE, F. L. C. (2016). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO DA COSTA VERDE (RIO DE JANEIRO): REFLETINDO SOBRE UM TURISMO QUE SE TEM E UM TURISMO QUE SE QUER. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 16(2), 232-248. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18472/CVT.16N2.2016.1185](http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1185)
- MENDONÇA, T. C. DE M., SANTOS, R. DE O. DOS, LOPES, P. C. B., ANDRADE, S. DOS R., & MORAES, A. P. V. DE. (2017). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COSTA VERDE (RJ): CAIÇARAS, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS. REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBECOTUR), 10(2). [HTTPS://DOI.ORG/10.34024/RBECOTUR.2017.V10.6596](https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6596)
- MENDONÇA, T. C. M., SANTOS, R. O., & LEITE, M. C. S. (2020). REDE NHANDERKO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A RESISTÊNCIA CAIÇARA, QUILOMBOLA E INDÍGENA TECE UM NOVO MAPA DE TURISMO NA COSTA VERDE (RJ). IN DIÁLOGOS SOCIAIS EM TURISMO: ELEMENTOS HEGEMÔNICOS E CONTRA HEGEMÔNICOS (P. 163-180). BELO HORIZONTE: EDITORA DIALÉTICA. [HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1LBET0G9G\\_QCKCcvDXSB7ECNjTWtNHUEI/VIEW](https://drive.google.com/file/d/1LBET0G9G_QCKCcvDXSB7ECNjTWtNHUEI/view)
- MENDONÇA, T. C. M., SANTOS, R. O., SOUZA, N. N. S., & ANDRADE, S. R. (2021). SAPUKAI - O NHANDERKO MBYA SE TRANSFORMA EM TURISMO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL. RITUR - REVISTA IBEROAMERICANA DE TURISMO, 11(DOSSIÊ ESPECIAL), 234-260. [HTTPS://WWW.SEER.UFAL.BR/INDEX.PHP/RITUR/ARTICLE/VIEW/12825/9133](https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12825/9133)
- MONTEIRO, T. L. (2015). AÇÃO POLÍTICA E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ENTRE OS CAIÇARAS DE SÃO GONÇALO, PARATY, RIO DE JANEIRO. ESPAÇO E ECONOMIA, 7. [HTTPS://DOI.ORG/10.4000/ESPACOECONOMIA.1957](https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1957)
- MONTEIRO, T. L. (2017). AÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA TERRITORIAL: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ENTRE OS CAIÇARAS DE SÃO GONÇALO - PARATY, RIO DE JANEIRO [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE NOVA IGUAÇU, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO]. [HTTPS://TEDE.UFRJ.BR/JSPUI/HANDLE/JSPUI/5573](https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5573)
- MORAES, C. (2016). TURISMO EM FAVELAS: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE UM DEBATE EM CURSO. PLURAL, 23(2), 65-93. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.2176-8099.PCSO.2016.125110](https://doi.org/10.11606/ISSN.2176-8099.PCSO.2016.125110)
- MORAES, E. A. DE. (2019). SIGA OS ATORES E AS SUAS PRÓPRIAS AÇÕES: NOS RASTROS DAS CONTROVÉRSIAS SOCIOTÉCNICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO TUCUM - CEARÁ – BRASIL. [TESE DE DOUTORADO, PROGRAMA EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO] RIO DE JANEIRO, BRASIL. [HTTP://POS.EICOS.PSICOLOGIA.UFRJ.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2019\\_DOUT\\_EDILAINE\\_ABERTINO\\_DE\\_MORAES-1.PDF](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019_DOUT_EDILAINE_ABERTINO_DE_MORAES-1.PDF)

Mendonça et al. Mapa de significados, elementos socioespaciais e políticos do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro

- MORAES, E. A. DE & IRVING, M. A. (2020). NOS RASTROS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: DIÁLOGOS E CONEXÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS. IN: ALVES, K. DOS S. (ORG.). DIÁLOGOS SOCIAIS EM TURISMO: ELEMENTOS HEGEMÔNICOS E CONTRA HEGEMÔNICOS (PP. 59-80). BELO HORIZONTE: DIALÉTICA.
- MORAES, E. A. DE; MENDONÇA, T. C. M. & ESTEVÃO, P. H. R. (2023). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MEIO A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS, REDES E CAMINHOS EM TRANSIÇÃO. REVISTA DA ANPEGE, 19, 1-27. [HTTPS://OJS.UFGD.EDU.BR/INDEX.PHP/ANPEGE/ARTICLE/VIEW/16525](https://OJS.UFGD.EDU.BR/INDEX.PHP/ANPEGE/ARTICLE/VIEW/16525)
- PINHEIRO, T. R. (2014). INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, PARATY, RIO DE JANEIRO. ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS, 4(1), 61–71. [HTTPS://PERIODICOS.UFJF.BR/INDEX.PHP/ABET/ARTICLE/VIEW/3037](https://PERIODICOS.UFJF.BR/INDEX.PHP/ABET/ARTICLE/VIEW/3037)
- PROJETO BAGAGEM, (2015). II ENCONTRO TURISOL. BRASÍLIA: PROJETO BAGAGEM.
- PROJETO BAGAGEM (2022). MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. [HTTPS://ISSUU.COM/PROJETOBAGAGEM/DOCS/MAPEAMENTO\\_TBC\\_-PROJETO-BAGAGEM](https://ISSUU.COM/PROJETOBAGAGEM/DOCS/MAPEAMENTO_TBC_-PROJETO-BAGAGEM)
- RAITER, J. R., & DALLABONA, S. H. (2015). GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. INDAIAL: UNIASSELVI.
- REZENDE, R. DE O. (2014). TURISMO COMUNITÁRIO E FAVELA-TOUR COMO EXPRESSÕES DAS NOVAS DINÂMICAS DO CONSUMO TURÍSTICO. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 25(2), 354-372. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V25I2P354-372](https://DOI.ORG/10.11606/ISSN.1984-4867.V25I2P354-372)
- RIBEIRO, M. A. (2003). TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ENSAIO DE UMA TIPOLOGIA. GEOGRAPHIA, 5(10). [HTTPS://PERIODICOS.UFF.BR/GEOGRAPHIA/ARTICLE/VIEW/13456](https://PERIODICOS.UFF.BR/GEOGRAPHIA/ARTICLE/VIEW/13456)
- RIO DE JANEIRO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ. (2018). LEI Nº 7884, DE 02 DE MARÇO DE 2018. INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO COMUNITÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [HTTP://ALERJLN1.ALERJ.RJ.GOV.BR/CONTLEI.NSF/F25EDAE7E64DB53B032564FE005262EF/59C9D4F6ACA1854C83258248005B0F60](http://ALERJLN1.ALERJ.RJ.GOV.BR/CONTLEI.NSF/F25EDAE7E64DB53B032564FE005262EF/59C9D4F6ACA1854C83258248005B0F60)
- RIO DE JANEIRO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ (2022). LEI Nº 9811 DE 24/08/2022. INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [HTTP://WWW3.ALERJ.RJ.GOV.BR/LOTUS\\_NOTES/DEFAULT.ASP?ID=144&URL=L3NJCHJVMtkyMy5uc2YvMThJMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvNDZhZmMwYjg1OTg3ZmZkMDAzMjU4ODUyMDA2ZjQ5ZDI/T3BlkRvY3VtZW50](http://WWW3.ALERJ.RJ.GOV.BR/LOTUS_NOTES/DEFAULT.ASP?ID=144&URL=L3NJCHJVMtkyMy5uc2YvMThJMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvNDZhZmMwYjg1OTg3ZmZkMDAzMjU4ODUyMDA2ZjQ5ZDI/T3BlkRvY3VtZW50)
- RODRIGUES, D. DA S., CORBARI, S. D., SAMPAIO, C. A. C., & J., I. G. (2014). TURISMO COMUNITARIO EN FAVELAS: UN ESTUDIO DEL FAVELA INN HOSTEL, CHAPÉU MANGUEIRA - RIO DE JANEIRO, BRASIL. ESTUDIOS Y PERSPECTIVAS EN TURISMO, 23(4), 786-804. [HTTP://WWW.SCIELO.ORG.AR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT&PID=S1851-17322014000400008&LNG=ES&TLNG=ES](http://WWW.SCIELO.ORG.AR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S1851-17322014000400008&LNG=ES&TLNG=ES)
- SANTOS, R. O. (2017). PRESERVAR É RESISTIR! O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO MOVIMENTO POLÍTICO-SOCIAL NO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, BACHAREL EM TURISMO, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. ORIENTADORA: PROF.ª DRA. TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA.
- SANTIN, B. H. G. (2021). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA FAVELA DE SANTA CECÍLIA EM TERESÓPOLIS/RJ. IN ANAIS DO XIV ENANPEGE. CAMPINA GRANDE: REALIZE EDITORA. RECUPERADO DE [HTTPS://EDITORAREALIZE.COM.BR/ARTIGO/VISUALIZAR/77530](https://EDITORAREALIZE.COM.BR/ARTIGO/VISUALIZAR/77530)

SCHUMACHER, L., & RODRIGUES, C. (2020). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL GUAPI-MIRIM: UMA PROPOSTA DE GUIA DE CAMPO PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL. CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 20(3). [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18472/CVT.20N3.2020.1791](http://dx.doi.org/10.18472/cvt.20n3.2020.1791)

SILVA, F. D., & CARVALHO, F. C. (2014). TURISMO EM FAVELAS: O CASO DA COMUNIDADE SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO. CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 14(1), 10-10.

SOUZA, C. POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA. SOCIOLOGIAS, PORTO ALEGRE, ANO 8, N. 16, P. 20-45, JUL./DEZ. 2006. [HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/J/SOC/A/6YsWYBWZSdFGfSQdVQhC4JM/?FORMAT=PDF&LANG=PT](https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWYBWZSdFGfSQdVQhC4JM/?format=pdf&lang=pt).

VILELLA, G. L. DA C.; CATÃO, H. & ROSANE M. PRADO, R. M. (2009). PRAIA DO AVENTUREIRO: UM CASO SUI GENERIS DE GESTÃO LOCAL DO TURISMO. IN: BARTHOLO, R., SANZOLO, D. G., & BURSZTYN, I. (177-197). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. RIO DE JANEIRO: LETRA E IMAGEM.

### INFORMAÇÕES DO ARTIGO

<i>Contribuição dos autores:</i>	Teresa Cristina de Miranda Mendonça: Conceituação; Análise Formal; Metodologia; Investigação; Supervisão; Validação, Escrita – primeira redação; Escrita – revisão e edição Edilaine Albertino de Moraes: Validação, Metodologia; Escrita – revisão e edição Renato de Oliveira dos Santos: Validação, Escrita – revisão e edição Alline de Souza Nunes: Investigação; Curadoria dos dados, Análise Formal
<i>Financiamento:</i>	Não se aplica
<i>Aspectos éticos:</i>	Não se aplica
<i>Apresentação prévia:</i>	Não se aplica
<i>Agradecimentos:</i>	Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRRJ/CNPQ)

*Histórico:* Submetido/Received: 21-10-2023

Aprovado/Accepted.: 09-04-2024